

## MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

*Géssica Lima Santos<sup>1</sup>*

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

*Valéria Prazeres dos Santos<sup>2</sup>*

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

*Arlete Ramos dos Santos<sup>3</sup>*

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

**RESUMO:** Este trabalho objetiva discutir o papel dos movimentos sociais nas conquistas de políticas públicas e em quais aspectos esses movimentos contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária. Buscamos abordar, neste texto, os movimentos sociais nos seus aspectos mais essenciais, como seu surgimento, história e importância para as conquistas sociais. Mais do que discutir os aspectos teóricos e metodológicos dos principais movimentos sociais, procura esclarecer a sua trajetória no mundo e como influenciou a sociedade na busca dos seus direitos. O texto tem caráter bibliográfico de cunho investigativo. Com as discussões concluímos que os movimentos sociais para que melhor possam contribuir para a mudança da sociedade tem que ser articulados na perspectiva marxista de unidade na diversidade.

**Palavras-chave:** Democracia. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

### Introdução

A origem dos movimentos sociais ainda é muito imprecisa, François Houtart (s/d), em seu artigo “*Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico*” comenta a existência de movimentos sociais nos tempos de Jesus Cristo. Demonstrando que o homem sempre se organizou em grupo na busca dos seus direitos.

O teólogo argentino Ruben Dri (1996) associa o surgimento do cristianismo ao “movimento de Jesus”, expressão religiosa de protesto social, este movimento preocupava o

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e pós-graduanda em Educação do Campo pela UESC;

<sup>2</sup> Mestranda Em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UESC; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – Fapesb; Membro do Grupo de Estudos em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo. Email: prof.valeriah@gmail.com

<sup>3</sup> Profa. Adjunta da UESC; Profa. Dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UESC e da UESB; Membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH/CNPq; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo. Email: arlerp@hotmail.com

império romano, que, assim como o modelo atual de sociedade, tinha a organização política centralizada verticalmente e alinhada com os poderes de opressão. Partindo destes pressupostos, o trabalho em questão tem como objetivo analisar a importância dos movimentos sociais na conquista da democracia e das políticas públicas.

De cunho bibliográfico, o artigo utiliza as discussões de Lambertucci(2009), Scherer-Warren(1987), Gohn (2007, 2011), dentre outros autores que questionam a realidade do povo, as desigualdades tão presentes na sociedade, e ao questionarem as necessidades colocam em evidência a situação alarmante de exploração e privilégios dos mais afortunados em detrimento dos mais pobres. Neste sentido, eles entendem os movimentos sociais como importante arma na luta por direitos.

Justifica-se a escolha deste tema pois acreditamos ser essencial compreender o significado do termo movimentos sociais; identificar os principais movimentos sociais existentes no mundo e a sua importância na conquista da democracia; perceber como surgiram os movimentos sociais e como eles modificam a vida dos indivíduos, principalmente a vida dos indivíduos do campo através da educação e da luta pela reforma agrária.

Na primeira seção definimos os movimentos sociais, inclusive como ele tem se reestruturando na atualidade; posteriormente fazemos uma discussão sobre as origens dos movimentos sociais e a sua ligação com os direitos inerentes aos seres humanos; seguimos falando dos movimentos só que em âmbito nacional, por fim dialogamos sobre os movimentos sociais e a democracia e a importância dos mesmos nas conquistas legais.

### **O que são os movimentos sociais?**

Os movimentos sociais são ações coletivas que tem por objetivo a conquista e/ou retomada dos direitos sociais que foram negados por determinados grupos que detêm o poder. Segundo Frank e Fuentes (1989, p.19) os movimentos sociais se baseiam “num sentimento de moralidade e (in) justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade”. Esses grupos apresentam uma ideologia que vão se fortalecendo à medida que novas injustiças vão surgindo, quando o sentimento de enfraquecimento social se estabelece no meio em que essas pessoas estão inseridas. Apresentam lideranças que se organizam através de projetos e metas com o apoio do governo vigente ou não, normalmente ocorrem conflitos de interesses que podem ser resolvidos com diálogo ou enfrentamentos com protestos reivindicatórios.

Existem variadas formas destas ações ocorrerem, elas vão de denúncias até pressões diretas: mobilizações, marchas, concentrações, passeatas e muitos outros. Atualmente os movimentos sociais têm utilizado uma nova ferramenta que é a *internet*, para a mobilização de pessoas, para estimulá-las a que participem e colaborem na luta tentando alcançar o maior número de adeptos.

Lévy (2011, p.66) ressalta a importância da internet ao colocá-la como um possível espaço “de uma nova forma de democracia direta em grande escala”, a fala do autor retrata principalmente o fato das informações, principalmente através das redes sociais, serem propagadas mais facilmente do que em condições mais tradicionais e que, geralmente, os movimentos sociais populares não contam com adesão da mídia televisiva. A esse respeito Scherer-Warren (2008, p. 513-514) diz que

[...] as novas tecnologias, especialmente a Internet e as rádios comunitárias, são um elemento facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos nas redes, mas geralmente não são o único ou principal elemento mobilizador na geração de uma rede de movimento social, o que é referenciado por representante do MST em pesquisa realizada por Orrico Rocha (2004): o MST reconhece que a Internet é uma ferramenta de luta importante para os movimentos sociais da atualidade, e destaca que ela permite um rompimento com o olhar da mídia tradicional que enxerga no movimento uma negação da ordem legal da sociedade; por outro lado, os sem-terra não acreditam que a Internet seja ‘principal’ ou ‘única’ forma de ação dos movimentos sociais deste início de século XXI. Para eles, a força de um movimento social continua sendo a sua capacidade de organização e mobilização.

Nesse sentido, destacamos o papel das redes sociais atualmente, mas compreendemos que além das redes virtuais, os movimentos, para realmente existirem, precisam de ação, contato, organização e objetivos.

Lambertucci (2009, p. 82), destaca o fato dos movimentos sociais constituírem espaços de participação em uma grande rede entre indivíduos, sendo através destas redes que “os atores sociais formam opinião, se expressam, fazem sua vontade, ganham poder coletivo e, assim interferem nos destinos do país”. O autor acredita que é através destas ações que os indivíduos se sentem peças importantes nas conquistas dos direitos sociais.

## A origem dos movimentos sociais

Estamos inseridos em uma sociedade dinâmica e diversificada, em que milhares de pessoas com pensamentos e atitudes diferentes convivem umas com as outras. Estas pessoas possuem necessidades específicas em lugares diversos e o que se espera é que essas demandas sejam atendidas por aqueles que foram escolhidos pelo voto para nos representar. Entretanto, nem sempre os interesses e necessidades de determinados grupos são atendidos pelo estado e pelos representantes do governo.

Ao tratar da democracia representativa presente na sociedade burguesa, Lênin (2017, p.113) diz que

A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos – tal é a democracia da sociedade capitalista. Se observarmos mais de perto o mecanismo da democracia capitalista, só veremos, sempre e por toda parte, restrições ao princípio democrático nos “menores”, alegadamente, detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres etc.), assim como no funcionamento das instituições representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os “maltrapilhos”), na estrutura puramente capitalista da imprensa diária, e assim por diante e adiante. Essas limitações, essas exceções, essas exclusões e esses obstáculos para os pobres parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram necessidade e nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida [...] totalizadas, essas restrições, eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia.

Então, ainda que consista na melhor forma de participação popular pelos moldes burgueses (*ibidem*, p.74), essa democracia burguesa não corresponde nem pode corresponder totalmente aos anseios da classe trabalhadora. A esse respeito Santos e Santos (2018, p.384-385), dizem que “ a democracia (representativa), restringe-se, muitas vezes ao direito à representação através do voto. A democracia, segundo o olhar marxista é um campo de luta dos movimentos sociais por representatividade e participação efetiva voltada à transformação social”. Com isso, torna-se necessário à sociedade, como aos movimentos sociais a ação de intervir com as cobranças em busca das conquistas legais, que geralmente vêm em forma de políticas públicas.

Molina (2012, p.586) define as políticas públicas como

[...] formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais.

Neste sentido, os movimentos sociais entram em ação. Possuem características de um grupo com ideais revolucionários, em prol de uma causa. Esta causa não é particular do ser, mas é algo amplo, dinâmico de um grupo que busca melhores condições de vida e as reais oportunidades para a tomada de consciência. É importante que estes grupos se mobilizem, a força coletiva só é efetivada quando tem um objetivo real, com líderes que representam os demais de maneira ativa.

É importante destacar que este termo movimentos sociais surgiu em 1842, na França por Lorez Von Stein, um defensor do socialismo e da democracia social reformista. Ele observou os levantes populares que reivindicavam melhores condições de trabalho para os operários europeus, em resposta às duríssimas jornadas de trabalho a que eram submetidos no modo capitalista de produção e mercado.

Scherer-Warren (1993) refere-se aos movimentos sociais amplamente, para designá-lo como toda e qualquer mobilização social de massas que reivindicam alguma coisa do Estado e/ ou de determinados segmentos da própria sociedade civil. É um posicionamento frente às desigualdades de um sistema elitista que explora o povo e retira os direitos muitas vezes conquistados.

Os movimentos sociais compreendem e exploram pedagogicamente as tensões e contradições da sociedade. Isto porque “onde há tensões as pessoas são obrigadas a repensarem e a mudarem valores, concepções e práticas” (SOUZA, 2006, p.11).

Os representantes dos movimentos sociais populares lutam pelo fim das desigualdades sociais, buscam, muitas vezes, a efetivação de direitos já conquistados legalmente (Educação, moradia, saúde etc), mas que não é cumprido pelo estado, uma vez que o mesmo nega ou negligencia.

Segundo o sociólogo Jorge Coimbra, doutor em sociologia pela USP, o enfraquecimento dos movimentos se deve a pouca articulação da população, onde não há grau de consciência de classe o bastante para fomentar a demanda dos movimentos sociais.

Nós acreditamos que na perspectiva dialética de análise da realidade, tomada como uma síntese de múltiplas determinações, os movimentos sociais estejam inseridos dentro das contradições do sistema capitalista, que podem ser sintetizadas no par dialético Capital x Trabalho. A maioria dos movimentos sociais se formam buscando fugir aos efeitos de

exploração e dominação capitalistas, logo possuem um caráter anticapitalista, até os movimentos sociais que lutam contra diferentes formas de dominação (raça, gênero, sexo etc) se inserem numa totalidade que é hegemônica e que é dada por causa da constituição da sociedade atual, portanto, também representam a necessidade de um projeto anticapitalista, por isso acreditamos na perspectiva de unificação desses movimentos, buscando a “unidade na diversidade” (MARX, 1983).

Neste sentido, Galvão (2011, p.121) diz que

É possível, pois, estabelecer uma relação entre heterogeneidade/fragmentação, de um lado, e unidade, de outro: reconhecer a pluralidade de demandas e de grupos que se mobilizam (que além de plurais são heterogêneos, e essa heterogeneidade existe no interior de uma mesma organização) não impede que se pense a construção de uma estratégia comum, a unidade entre diferentes sujeitos, a aliança de classes e frações. A concepção marxista possibilita pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade.

Acreditamos que não apenas a união dos sujeitos de diferentes grupos, mas a consciência de que as relações desiguais se estabelecem por questões de classe, na superação da exploração do homem pelo homem, característica inata à forma capitalista de produção e o avanço para a emancipação humana, ou seja, para uma condição de não alienação do seu trabalho e da sua vida.

### **Movimentos sociais no Brasil**

Segundo Holanda (1995) os movimentos sociais no Brasil sempre estiveram presentes desde o momento da colonização. “[...] primeiro como os índios que não aceitaram pacificamente terem suas terras subtraídas pelos colonizadores; depois com os escravos que se organizaram em movimentos, construindo os quilombos”. Destacam-se também as lutas pela independência, o movimento de Canudos, que teve como líder Antônio Conselheiro que confrontou o aumento abusivo dos impostos que prejudicavam a população; outro movimento de destaque foi a guerra do Contestado, que aconteceu entre os estados de Paraná e Santa Catarina, que teve como principal líder o monge José Maria, com objetivo de conquistar as terras de pessoas que foram expropriadas de suas terras. Houve também as Ligas Camponesas na década de 1940, na região do Engenho da Galileia, Pernambuco, organizada pelos

camponeses, posseiros, meeiros que lutavam contra a expropriação, à expulsão das terras e o assalariamento.

Podemos observar que na história do Brasil existiram vários movimentos importantes que marcaram a história de lutas de um povo que buscava melhores condições de vida e garantia dos seus direitos. Os movimentos sociais no país se intensificaram a partir da década de 70, em que uma onda de protestos contra o regime militar surgiu com o objetivo de lutar e resistir às opressões do período ditatorial. Segundo Scherer-Warren e Krischke (1987): “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal”. Gohn (2011, p. 23) ressalta ao dizer “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais”.

Na década de 90, surgiram outras formas de organização popular: os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular e muitos outros. Estes fóruns foram importantíssimos no diagnóstico dos problemas sociais, pois através deles foram estabelecidos encontros nacionais em larga escala. Neste período, emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público. Podemos verificar também a criação de uma Central dos Movimentos Populares que estruturou vários movimentos populares, como a luta pela moradia, articulou e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares, ressurgiu o movimento dos estudantes com um novo perfil de atuação, os “caras-pintadas”.

Este período foi marcado pelas grandes transformações sociais, haviam maiores pressões das classes populares e à medida em que as políticas neoliberais foram avançando, outros movimentos sociais iam surgindo: Movimentos de desempregados, contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, ações de aposentados e pensionistas do sistema previdenciário.

Além disso, na década de 90 mulheres se organizaram em função de sua atuação política, conscientes dos seus direitos e contra a discriminação, movimento dos homossexuais também repercutiu nas ruas, através de passeatas, atos, marchas, protestos. O mesmo ocorreu com o movimento negro, que começou a lutar pela conquista de sua identidade, e contra a discriminação racial. Os jovens também criaram vários movimentos culturais, os indígenas, os funcionários públicos e os ecologistas.

Atualmente no Brasil novos movimentos sociais vêm tomando conta do cenário do país, são novas demandas, novas identidades, estes movimentos lutam por moradia, pelo direito a

terra (MST), por saúde, educação, contra a violência, movimentos contra as políticas neoliberais, contra as reformas estatais que retiram os direitos dos trabalhadores, contra a destruição das matas, em favor da vida, contra o aborto e muitas outras ações.

### **Os movimentos sociais e a democracia**

Se procurarmos o conceito de democracia, encontraremos a seguinte definição: regime político em que a soberania é exercida pelo povo. Esta palavra tem origem no grego *demokratía* que é composta por *demos* (que significa povo) e *kratos* (que significa poder). Segundo Lefort (1981), a democracia não é algo que foi inventado em algum lugar determinado e de forma definitiva. É a reinvenção contínua da política. É um processo histórico e conflituoso, sujeito a diferentes processos de ampliação ou retração.

Neste regime de governo, o povo deveria ter poder de participar ativamente de todas as decisões políticas, incluindo a escolha dos seus representantes através do voto. Entretanto não podemos ignorar que “[...] a democracia plena não existe no sistema capitalista, pois a presença do Estado nesse contexto tem como objetivo garantir a exploração do homem pelo homem”. SANTOS (2014, p.177).

Decorrente das lutas dos movimentos sociais podemos citar inúmeras conquistas, tomando como exemplo as políticas públicas de educação para os povos do campo, desde o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (finais da década de 1970, início da década de 1980), as conquistas desses trabalhadores resultaram no que atualmente conhecemos como Educação do Campo, dentre essas conquistas legais podemos destacar a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do Campo – DOEBEC e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares; a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que dá caráter de modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na reforma Agrária (Pronera); dentre outras. Entretanto o que não se pode perder de vista é que essas conquistas alcançadas no plano legal não podem enfraquecer com o tempo e com as conquistas é preciso manter a vigilância e as cobranças.

Quando os direitos do povo são retirados, entram em cena os movimentos sociais justamente para servir com pressão popular, pois o povo que gera toda riqueza do nosso país, ele que cria todo o desenvolvimento necessário para viver em sociedade. Por fazer esse papel,



contrahegemônico, os movimentos sociais vivem sob tensão. Um dos instrumentos utilizados pelo capital para criminalizar os movimentos sociais é a mídia, sobretudo a televisiva.

Volanin (s/d, p.15) diz que

Os movimentos sociais não são meramente abstratos. Eles são constituídos por sujeitos: homens e mulheres. A mídia, ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos nele inseridos. Um dos efeitos mais terríveis do neoliberalismo brasileiro tem sido o que Marilena Chauí chama de “esfacelamento dos movimentos sociais e populares” que foram os grandes sujeitos históricos e políticos dos anos 70, 80 e 90 e continuam sendo até hoje.

Os movimentos sociais visam exatamente a defesa das necessidades que são fundamentais aos indivíduos, proteção aos seus direitos e estímulo ao desejo de mudança, na busca ao acesso igualitário aos serviços que são essenciais à vida em sociedade.

### **A importância dos movimentos sociais**

Karl Marx dizia que “mudanças na sociedade ocorrem a partir da ebulição dos movimentos sociais: contra o capital e o Estado”. Partindo desta teoria, entendemos que os movimentos sociais são importantes, na medida em que objetivam mudanças, reivindicando transformações muitas vezes daquelas medidas adotadas pelo governo. Infelizmente os movimentos sociais perderam um pouco da sua força, apesar dos avanços tecnológicos, as pessoas acomodaram em suas casas, e os mecanismos de alienação têm predominado impedindo uma ação coletiva.

Os movimentos sociais fortalecem a democracia, a sua participação na política fortalece o processo de inclusão social e a conquista dos direitos, visando o bem comum. Os debates criam o espírito de confiança e de liberdade. As pessoas precisam marcar presença nos debates políticos, até mesmo para compreender as especificidades da má escolha dos governantes para o nosso país.

Estes movimentos sociais cobram mudanças, buscam a transformação social, o direito a uma educação de qualidade, segurança para ir e vir, moradia, saneamento básico, direitos iguais para homens e mulheres, o direito de ser livre, o direito de ser ouvido, de ser cidadão em um país com tantas injustiças.

Pensar os movimentos sociais da atualidade é perceber que os mesmos apresentam uma nova postura frente às desigualdades sociais, mesmo que eles estejam estreitamente

interligados. Mas que há um espírito de luta que vai além das dificuldades na fábrica, dos direitos trabalhistas, hoje há uma multiplicidade de singularidades: mulheres; estudantes, jovens negros, homossexuais e muitos outros que lutam também pelo direito de ser singular, o direito de voz na política, pelo direito de ser um cidadão ativo na sociedade. Segundo Gohn (2007, p. 343)

[...]Nunca haverá uma teia completamente pronta e acabada sobre eles (movimentos sociais). Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como uma teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade... Mas, sempre presentes”.

Muitos movimentos sociais já existiram e, ao terem suas demandas atingidas, se desfizeram, muitos outros seguem se reinventando num movimento que segue as transformações sociais. O que não podemos perder de vista é que algo mais concreto e que realmente vise a transformação social deve ser construído coletivamente. Ainda que cada grupo tenha suas necessidades a mudança tem que acontecer voltada à totalidade.

O capital, por meio de estratégias, busca o enfraquecimento das classes trabalhadoras. Mézáros (2007, p.101), a esse respeito diz que ao

[...] mencionar aqui também os esforços – tanto ideológicos como organizacionais – investidos para superar a estrutura nacional de tomada de decisões. O slogan superficialmente tentador “pense globalmente, aja localmente” é um exemplo interessante. Pois é óbvio que as pessoas em geral, que são privadas de todo poder significativo de decisão numa escala mais ampla, [...] talvez considerem viável intervir de alguma forma no nível estritamente local. De mais a mais, não é possível negar a importância potencial da ação local adequada. Entretanto, o “global”, a que se espera que prestemos atenção acrítica – subscrevendo obedientemente as teses relativas à “impotência dos governos nacionais” e à “inevitabilidade da globalização multinacional”, a que descreve errada e tendenciosamente as empresas nacionais-transnacionais (dominadas em grande parte pelos Estados Unidos) como “multinacionais” e portanto universalmente aceitáveis – torna-se totalmente vazio sem as complexas relações com as comunidades nacionais

Tal afirmação trazida pelo autor torna-se perceptível quando se faz uma análise mais completa da realidade, todos nós agimos localmente, as ações geralmente são tomadas assim, mas é preciso que essas ações estejam voltadas à uma análise crítica com base na totalidade e no pensamento da unidade em vez do pensamento fragmentado.

## Considerações finais

Os movimentos sociais surgem das condições de vida e exploração capitalistas, geralmente quando o incômodo ultrapassa os limites do aceitável ou quando se toma consciência de classe e a partir daí passa-se a não mais aceitar a situação a qual está dada. Há, nesses grupos, um processo de mudança de postura diante de tantas desigualdades sociais, assim, formam os coletivos de luta.

Por isso os movimentos sociais problematizam situações que eram ocultadas e restritas às questões privadas, como questões de gênero, etnia, gênero, sexo, moradia, terra, educação, trabalho entre outros. Eles são importantes meios de luta contra a ineficiência do sistema em dar boas condições de vida à maior parte da população.

Finalizamos dizendo que, para nós, os movimentos sociais contribuíram/contribuem para os processos democráticos, pois através deles os indivíduos podem lutar pelos seus direitos, cobrando do sistema os direitos básicos que deveriam ter todo ser humano. Entretanto, reafirmamos que os mesmos só deixarão de ser pontuais quando lutarem juntos, tal como indica a perspectiva marxista de “unidade na diversidade”, para o alcance de uma sociedade melhor e mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

FRANK, A. G; FUENTES, M. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Lua Nova, São Paulo: CECC, p. 19-48, 17 jun. 1989.

GALVÃO, A. **Marxismo e movimentos sociais**. Crítica Marxista, n.32, p.107-126, 2011. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo235artigo5.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf)>. Acesso em 14 de abril de 2019.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

HOLANDA. S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

HOUTART, F. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>

LAMBERTUCCI, A. R. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).

LEFORT, C. **L'invention démocratique. Les limites de la domination totalitaire**. Paris: Fayard, 1981.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 218-229.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.237-244.

RUBEN, D. **Autoritarismo y democracia en la Biblia y en la Iglesia**. Buenos Aires. Biblos, 1996.

SANTOS, A. R. dos. **Ocupar, resistir, produzir, também na educação**. O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso. Jundiaí, Paco editorial: 2014.

SANTOS, V. P. dos; SANTOS, A. R. dos. **Gestão escolar democrática**: um olhar sobre as escolas do campo do município de Itabuna – Ba. Reves – Revista Relações Sociais, Vol 1. N.03 (2018). p.382-396. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufv.br/ojs/reves/search?subject=Democracia.%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.%20Gest%C3%A3o%20escolar%20democr%C3%A1tica>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais na América Latina**: caminhos para uma política emancipatória? Cad. CRH, Salvador: UFBA, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2012.

SCHERER-WARREN, I; KRISCHKE, P. J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, M. A. de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

